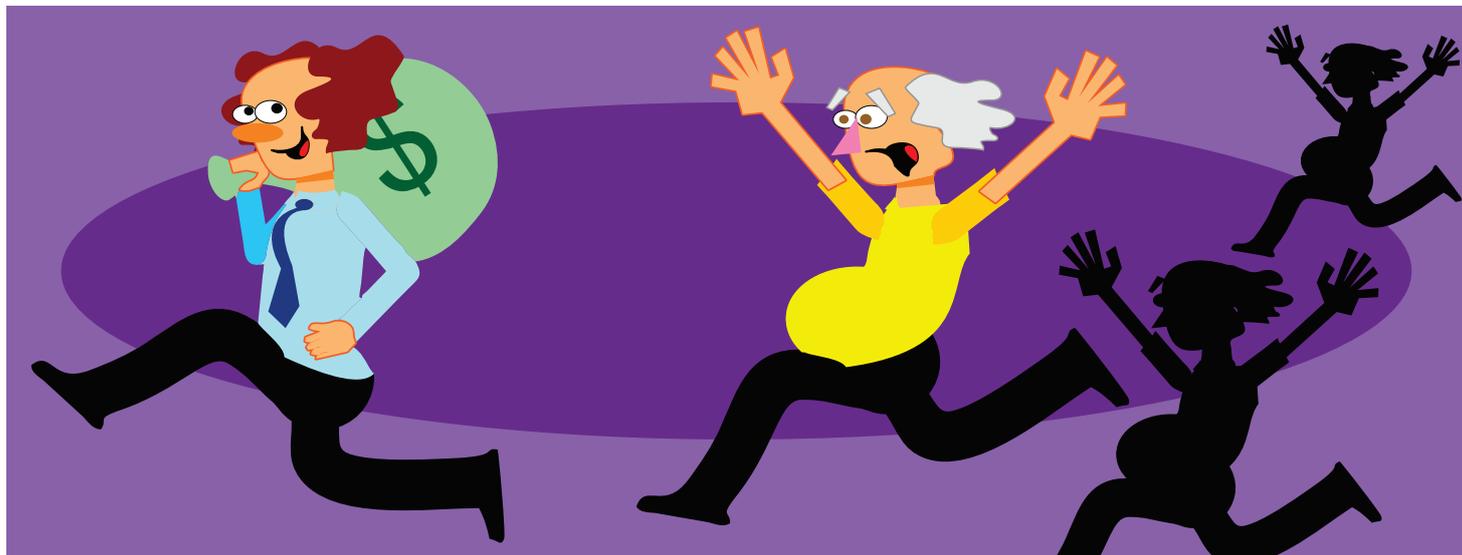




CAPITALIZAÇÃO: BOLSONARO QUER APROFUNDAR A DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA



A Reforma da Previdência, aprovada há um ano, levou a maioria dos trabalhadores brasileiros a conviver com a realidade de ter sua aposentadoria dificultada, mais distante e com valores menores. A mentira dita pelo governo e defendida pela imprensa corporativa, de que a Reforma exigiria sacrifícios de todos para sanar um suposto déficit da previdência, mostra agora que os únicos sacrificados foram os trabalhadores, em especial os mais pobres. Os militares ficaram de fora da reforma e a dívida ativa, que já está na casa dos R\$ 3 trilhões, continua crescendo por causa da inadimplência e do não repasse das contribuições previdenciárias. Essa dívida é três vezes maior do que a economia que o ministro Paulo Guedes diz que vai fazer em 10 anos na Previdência. Uma lista com os 500 maiores devedores do INSS, divulgada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com dados atualizados até 2017, mostra que, entre os maiores devedores estão empresas como a Vale, JBS, Itaú, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco etc.

Segundo o economista Eduardo Fagnani, o governo Bolsonaro não deu nenhum passo e não vai dar, para receber esses valores. O professor também explica que no Brasil, o sonegador não paga a Previdência, porque espera refinanciamento em 10 anos, então paga

somente seis meses, para de pagar e, de novo, vai tentar refinanciar.

Agora, Paulo Guedes volta a acenar com a sua proposta original de adotar o modelo de capitalização. A intenção é entregar aos bancos privados o direito à aposentadoria dos trabalhadores, que serão obrigados a fazer uma poupança para se aposentar no futuro. A conta é administrada por bancos, que cobram taxas de administração e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro. Além disso, caso o trabalhador não tenha estabilidade no mercado de trabalho ou bom salário, não conseguirá pagar sua previdência. Nesse modelo não existe a contribuição do empregador, nem do Estado.

Adotado pelo Chile em 1981, durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, o regime de capitalização levou quase metade (44%) dos aposentados chilenos a viver abaixo da linha da pobreza e a maioria dos que conseguiram se aposentar recebe quase metade do salário mínimo local.

Bolsonaro e Paulo Guedes governam para favorecer a grande burguesia. As reformas não têm por objetivo resolver os problemas fiscais do país, mas, sim, esfolar os trabalhadores para que os donos dos meios de produção e os especuladores financeiros lucrem mais.

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL
através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



REFORMA DA PREVIDÊNCIA CHEGA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Após a aprovação da Reforma do Regime Geral da Previdência no Congresso Nacional, há um ano, e na maioria dos Estados, é a hora dos municípios que possuem seus regimes próprios de Previdência Social apresentar propostas de reformas. O prazo para que estados e municípios se adaptassem à Reforma da Previdência era 31 de julho, foi adiado para 30 de setembro deste ano e, devido à pandemia, o Projeto de Lei Complementar 198/20, em tramitação, estende esse prazo para dezembro de 2021.

No entanto, por questões políticas, os poderes municipais podem optar por aprovarem suas reformas no apagar das luzes deste ano, ou deixarem para a próxima administração. O certo é que os servidores municipais serão igualmente penalizados em seus benefícios previdenciários e só foram poupados até agora devido à demagogia eleitoreira.



DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA



Entidades nacionais e sindicais dos servidores públicos convocam suas categorias para a Mobilização Nacional contra a Reforma Administrativa, entre os dias 08 e 10 de dezembro. No dia 09, como parte das atividades da Campanha Contra a Reforma Administrativa e em defesa da Democracia e Autonomia das Instituições de Ensino haverá atos junto ao Congresso Nacional. No dia 10, dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa, haverá ato em Brasília, em frente ao Palácio do Buriti.

A Reforma Administrativa proposta pelo Governo Bolsonaro representa o desmonte dos serviços públicos, retirando da população as condições mínimas de acesso às políticas asseguradas pelo Estado. Além de retroceder ao período em que os cargos e serviços eram ocupados por indicação política com a destruição das carreiras e dos concursos públicos.

Toda a classe trabalhadora sofrerá os efeitos perversos dessa reforma. Portanto, apenas uma forte articulação de todas as categorias será capaz de frear os desmandos do governo e impedir que o Congresso Nacional aprove mais essa medida que representa a destruição do Estado, para servir ao capital.

GOVERNO FEDERAL ATENTA CONTRA A VIDA AO PROPOR RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS



A Portaria 1030, de 01/12/2020 do MEC, dispunha sobre o retorno às aulas presenciais nas Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de 04 de janeiro de 2021 e sobre o caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas.

Ao menosprezar a gravidade da situação da pandemia e o aumento de contaminação nos últimos dias, o MEC assume sua cara perversa e tenta jogar milhões de estudantes e docentes para as salas de aulas, sem que haja indicativo de vacinas.

A necropolítica do governo Bolsonaro foi rapidamente questionada por todas IES do país, o que fez a proposta ser revogada quase na sequência de sua publicação. Ao tentar imprimir sua política negacionista e atender aos interesses dos grupos privados de educação, o governo testa sua correlação de forças com os setores organizados da sociedade. Sem vacinas e sem imunidade é impossível um retorno presencial seguro das aulas.